

Nesta Edição:

Ano 14 • Número 65 • de 25 de agosto de 2011 • [www.cni.org.br](http://www.cni.org.br)

- Comissão de Assuntos Sociais do Senado realiza audiência pública para debater o descarte de pilhas e baterias;

## CAS realiza debate sobre o descarte de pilhas e baterias

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou hoje audiência para debater o projeto que trata do descarte de pilhas e baterias (PLS 714/2007), contando com a presença de representantes da Confederação Nacional da Indústria, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), entre outros.

Todos os convidados concordaram que a estruturação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, criada pela Lei 12.305/2010, pode ter tornado inócuo o Projeto de Lei do Senado 714 de 2007.

**Wanderley Coelho**, representante da CNI, disse que o processo de implementação da logística reversa está caminhando rapidamente no país e avaliou como fundamental a adoção de instrumentos econômicos.

**Humberto Barbato**, presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), alertou para os riscos à saúde e à segurança dos consumidores associados ao uso de pilhas e baterias "piratas".

**Carlos Zaim**, representante da Associação Brasileira de Baterias Automotivas e Industriais (ABBAI), afirmou que para construir uma legislação de descarte de pilhas e baterias, é preciso conferir tratamento diferenciado a pilhas e baterias e baterias de chumbo ácido - estas últimas as mais nocivas ao consumidor e ao meio ambiente. Ele pregou um maior compromisso do consumidor com a devolução da bateria inservível ao local de coleta de reciclagem - normalmente o ponto de venda.

**Zilda Maria Faria Veloso** do CONAMA disse que a inovação representada pelo PLS 714/07 começou a perder o sentido com a edição da Resolução nº 401/2008 pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama),

**Delile Macedo Junior**, representando o SINDIPEÇAS, reivindicou o reforço na fiscalização e no aparato legal para impedir a entrada de produto importado de má qualidade no país.

Márcio Milan, representante da CNC, chamou a atenção para importância do compromisso do consumidor com o correto descarte dos produtos. Ele afirmou que apenas duas mil das 88 mil lojas do ramo existentes no país têm coletores para pilhas e baterias usadas.

Ao final de audiência pública, o relator **Senador Eduardo Amorim** (PSC-SE) se disse convencido da existência de normas mais avançadas na área abrangida pelo projeto e destacou a importância de se reforçar a política fiscalizatória e o combate à pirataria dos produtos.